

# **Geração Céu Azul S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Geração Céu Azul S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Geração Céu Azul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Geração Céu Azul S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025

*Deloitte Touche Tohmatsu*  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

*Gabriela Rocha Werberich*  
Gabriela Rocha Werberich  
Contadora  
CRC nº 1 RS 079489/O-4



# Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

**GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.**

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	9
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE .....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	11
BALANÇO PATRIMONIAL.....	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	15
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	19
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	23
4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA.....	24
5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS.....	24
6. RESULTADO FINANCEIRO .....	25
7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS .....	25
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	28
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS.....	29
10. IMOBILIZADO .....	30
11. INTANGÍVEL.....	32
12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR .....	33
13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS .....	33
14. USO DO BEM PÚBLICO (UBP) .....	35
15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	36
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	39
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	41
18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	44

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

---

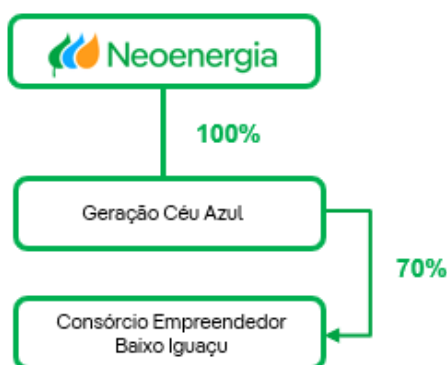
Prezados,

Ao apresentar os resultados de 2024, a Geração Céu Azul S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

### 1. GERAÇÃO CÉU AZUL

A Geração Céu Azul S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada 100% pela Neoenergia S.A., que possui no escopo do seu objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar empreendimentos e sistemas de produção e/ou geração de energia elétrica da usina hidrelétrica Baixo Iguaçu. Também atua com sistemas de transmissão, transformação, distribuição, comercialização de interesse restrito da unidade hidrelétrica Baixo Iguaçu, bem como serviços correlatos que lhe venha, a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito.

O Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (“CEBI” ou “Consórcio”), foi constituído em 27 de agosto de 2013, mediante contrato de constituição, pelas Companhias Geração Céu Azul com 70% de participação e COPEL Geração e Transmissão com 30% de participação, em conformidade com os artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404/76, e tem como objetivo a implementação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (UHE Baixo Iguaçu), um empreendimento localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná.



### 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A UHE Baixo Iguaçu é o último aproveitamento hidrelétrico da cascata do rio Iguaçu, região hidrográfica do Paraná, sub-bacia 65, a jusante da UHE Salto Caxias e está regulada conforme contrato de concessão de uso do bem público nº 02/2012. A usina entrou em operação em fevereiro de 2019, com a entrada em operação na primeira máquina e em abril com a totalidade das três máquinas que compõem a usina – com capacidade instalada de 350,2 MW e 172,4 MW médios de garantia física.

Em 2024, foi gerado o montante bruto de 1.742.007 MWh. O índice de disponibilidade acumulada anual da Usina em 2024 foi de 96,09% e a Disponibilidade acumulada em 60 meses foi de 96,93% (ambas acima do valor de referência – 89,58%). Seu índice de confiabilidade foi de 99,86%.

### 3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil <sup>(1)</sup>	2024	2023	Varição %
Receita Operacional Bruta	225.253	198.410	13,53
Receita Operacional Líquida	193.412	170.444	13,48
Margem Operacional Líquida	10.1921	87.471	16,52
EBITDA	131.177	116.676	12,43
Resultado Financeiro	(30.158)	(31.116)	(3,08)
Lucro Líquido	50.325	37.844	32,98
Margem Operacional (%)	52,70%	51,32%	1,38
Margem EBITDA (%)	67,82%	68,45%	(0,63)
Margem Líquida (%)	26,02%	22,20%	3,82

<sup>(1)</sup> Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil <sup>(2)</sup>	dez/ 24	dez/ 23	Varição %
Ativo Total	1852.207	1903.966	(2,72)
Dívida Bruta	427.477	467.235	(8,51)
Dívida Líquida <sup>(3)</sup>	343.045	347.570	(1,30)
Patrimônio Líquido	1285.209	1298.619	(1,03)

<sup>(2)</sup> Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

<sup>(3)</sup> Dívida Líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/ 24	dez/ 23	Varição %
Dívida Líquida/ EBITDA <sup>4</sup>	2,62	2,98	(12,21)

<sup>(4)</sup> EBITDA dos últimos 12 meses

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

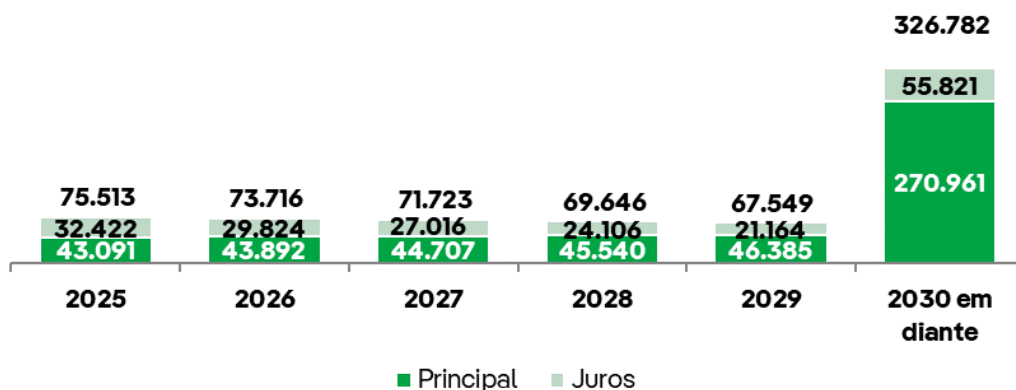
Conciliação EBITDA R\$ mil <sup>(1)</sup>	2024	2023	Varição (R\$)	Varição (%)
Lucro Líquido (A)	50.325	37.844	12.481	32,98
Receitas financeiras (B)	10.664	14.865	(4.201)	(28,26)
Despesas financeiras (C)	(40.857)	(47.678)	6.821	(14,31)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	35	1697	(1662)	(97,94)
Imposto de renda (E)	(11641)	(8.986)	(2.655)	29,55
Depreciação (F)	(39.053)	(38.730)	(323)	0,83
<b>EBITDA = A-(B+C+D+E+F)</b>	<b>131.177</b>	<b>116.676</b>	<b>14.501</b>	<b>12,43</b>

<sup>(1)</sup> Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

## 4. ENDIVIDAMENTO

A companhia possui 100% do volume da sua dívida contratada junto ao BNDES com amortização linear.

(Em R\$ mil)



## 5. AUDITORES INDEPENDENTES

A companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores independentes (DELOITTE), firmado em 30/12/2021 e prazo de 60 (sessenta) meses.

Em 2024, a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 75.398 referentes à auditoria das demonstrações financeiras, dos quais R\$ 68.032 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e R\$ 7.367 referem-se a relatório de asseguuração limitada sobre Covenants.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

## DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Geração Céu Azul S.A. ("Geração Céu Azul"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de Geração Céu Azul e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita de Geração Céu Azul.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de Geração Céu Azul sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
<b>Receita operacional, líquida</b>	<b>3</b>	<b>193.412</b>	<b>170.444</b>
<b>Custos</b>		<b>(91.491)</b>	<b>(82.973)</b>
Custos com energia elétrica	<b>4</b>	(40.003)	(32.466)
Custos de operação	<b>5</b>	(51.488)	(50.507)
<b>Lucro bruto</b>		<b>101.921</b>	<b>87.471</b>
Outras despesas gerais e administrativas	<b>5</b>	(9.797)	(9.525)
<b>Lucro operacional</b>		<b>92.124</b>	<b>77.946</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>6</b>	<b>(30.158)</b>	<b>(31.116)</b>
Receitas financeiras		10.664	14.865
Despesas financeiras		(40.857)	(47.678)
Outros resultados financeiros, líquidos		35	1.697
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>61.966</b>	<b>46.830</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>7.1.1</b>	<b>(11.641)</b>	<b>(8.986)</b>
Corrente		(11.472)	(9.149)
Diferido		(169)	163
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>50.325</b>	<b>37.844</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>50.325</b>	<b>37.844</b>
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>50.325</b>	<b>37.844</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>50.325</b>	<b>37.844</b>
<b>Ajustado por:</b>		
Depreciação e amortização	39.053	38.730
Baixa de ativos não circulantes	6.122	84
Tributos sobre o lucro	11.641	8.986
Resultado financeiro, líquido	30.158	31.116
<b>Alterações no capital de giro:</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(15.097)	15.248
Fornecedores e contas a pagar	612	(1.848)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	34	526
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(5.608)	(5.682)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(7.700)	(13.175)
Outros ativos e passivos, líquidos	5.960	14.505
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>115.500</b>	<b>126.334</b>
Encargos de dívidas pagos	(35.360)	(38.165)
Rendimento de aplicação financeira	11.118	15.683
Pagamento de juros – Arrendamentos	(7)	(14)
Tributos sobre o lucro pagos	(8.229)	(9.083)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>83.022</b>	<b>94.755</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(18.356)	(16.606)
<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(18.356)</b>	<b>(16.606)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(42.486)	(42.171)
Depósitos em garantias	(1.057)	1.009
Pagamento de principal – Arrendamentos	(36)	(29)
Remuneração paga aos acionistas	(56.320)	(19.509)
<b>Caixa consumido nas atividades de financiamentos</b>	<b>(99.899)</b>	<b>(60.700)</b>
<b>(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>(35.233)</b>	<b>17.449</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	119.665	102.216
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>84.432</b>	<b>119.665</b>
<b>Transações que não envolveram caixa:</b>		
Adições, reversões e atualizações de provisões capitalizadas	2.092	4.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	84.432	119.665
Contas a receber de clientes e outros	9	26.090	10.993
Outros ativos circulantes		1.462	833
<b>Total do circulante</b>		<b>111.984</b>	<b>131.491</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	115	1.051
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	232	401
Depósitos judiciais	15.1	25.299	23.853
Direito de uso		33	66
Imobilizado	10	1.690.603	1.733.370
Intangível	11	23.941	13.734
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.740.223</b>	<b>1.772.475</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.852.207</b>	<b>1.903.966</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores e contas a pagar	12	6.715	6.103
Empréstimos e financiamentos	13	43.910	43.767
Passivo de arrendamento		37	71
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		924	890
Tributos sobre o lucro a recolher	7.1.3	1.103	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2.1	5.587	4.109
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	14	1.811	1.811
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.1	21.463	17.836
Provisões	15	5.733	8.997
Outros passivos circulantes		3.223	2.076
<b>Total do circulante</b>		<b>90.506</b>	<b>85.660</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	13	383.567	423.468
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2.1	1.192	2.638
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	14	18.664	17.893
Provisões	15	71.511	74.018
Outros passivos não circulantes		1.558	1.670
<b>Total do não circulante</b>		<b>476.492</b>	<b>519.687</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Atribuído aos acionistas da Companhia	16	1.285.209	1.298.619
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.285.209</b>	<b>1.298.619</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.852.207</b>	<b>1.903.966</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.255.820</b>	<b>4.314</b>	<b>23.517</b>	-	<b>14.968</b>	<b>1.298.619</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	50.325	-	50.325
Aprovação de dividendos adicionais (16.2)	-	-	(23.517)	-	(14.968)	(38.485)
<b>Destinação do lucro líquido:</b>						
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	2.516	-	(2.516)	-	-
Remuneração aos acionistas (16.2)	-	-	-	(47.809)	22.559	(25.250)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.255.820</b>	<b>6.830</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22.559</b>	<b>1.285.209</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.255.820</b>	<b>2.422</b>	<b>23.517</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.281.759</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	37.844	-	37.844
<b>Destinação do lucro líquido:</b>						
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	1.892	-	(1.892)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	(35.952)	14.968	(20.984)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.255.820</b>	<b>4.314</b>	<b>23.517</b>	<b>-</b>	<b>14.968</b>	<b>1.298.619</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Geração Céu Azul S.A. (“Geração Céu Azul” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado integralmente controlada pela Neoenergia S.A., que tem como propósito específico participar do Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu, com participação de 70%, tendo como sócio a Copel que detém os outros 30%. O Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu foi responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, um empreendimento localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná, que iniciou sua operação comercial em fevereiro de 2019. A energia é produzida por meio de três unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 350 MW. A energia assegurada de 172,8 MW médios foi revisada através da portaria PRT 390/14 do Ministério de Minas e Energia e reduzida para 171,1 MW médios, a Geração Céu Azul recorreu da decisão e em 31 de dezembro 2018, foi publicada no Diário Oficial da União, a retificação à Portaria SPE/MME nº 11/2017, que define a garantia física da UHE Baixo Iguaçu em 172,4 MW médios.

A 1ª unidade geradora a entrar em operação comercial foi em 08 de fevereiro de 2019. A 2ª e a 3ª unidades geradoras entraram em operação comercial em 21 de fevereiro de 2019 e 10 de abril de 2019, respectivamente

### 1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2024, compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do Grupo Neoenergia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

#### 1.1.1 Gestão de riscos financeiros e de mercado

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, ao CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas, ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

### a) Gestão de risco de mercado

#### (i) Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

**(ii) Risco de *Commodities***

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

*Commodities* metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

*Commodities* energéticas: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta e recursos, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na cobertura de posições compradas e vendidas em aberto e lastro da energia comercializada.

**b) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos principalmente, mas não se limitando, ao período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2024, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 13)..

**c) Risco de solvência**

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

**d) Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

**(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais**

O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

**(ii) Risco de crédito de instituições financeiras**

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

<b>Ratings de longo prazo em escala nacional</b>	<b>Moody's</b>	<b>S&amp;P</b>	<b>Fitch</b>
Banco do Brasil	AAA		AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA		AAA
Santander	AAA	AAA	
BNDES	AAA	AAA	
Citibank		AAA	

**1.1.2 Gestão de Riscos Operacionais****a) Risco regulatório**

Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude.

**b) Risco de hidrológico**

A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições hidrológicas dos reservatórios, impactado por questões climáticas. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de risco hidrológico

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**c) Seguros**

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	2024	
	Data da vigência	Importância Segurada
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2024 a 31/05/2025	25.200
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2024 a 31/05/2025	70.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	1.470.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

**2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards (IFRS Accounting)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2025.

**2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro

**2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas**

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.4	Tributos sobre o lucro diferidos
9.1	Perdas de crédito esperadas
10.1	Imobilizado
15.3	Provisões

**2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes**

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

**(a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo – que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda – e retro arrendamento (' <i>Sale and Leaseback</i> ') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (' <i>Reverse factoring</i> '), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**(b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão ( <i>allowances</i> ) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão ( <i>allowances</i> ) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ('ASG' ou 'ESG').	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria.  A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS <i>Accounting Standards</i> para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos.  Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 <i>Consolidated Financial Statements</i> e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento.

Em relação aos demais normativos com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**2.6 Participação em consórcio**

A Companhia participa com 70% no Consórcio UHE Baixo Iguaçu, liderado pela Geração Céu Azul, e adotou os seguintes critérios para reconhecimento dessa participação:

- Os componentes do ativo e do passivo do Consórcio são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia na proporção da sua participação;
- O resultado foi reconhecido na proporção das receitas e despesas diretamente nas rubricas contábeis da Companhia;
- Foi procedida a eliminação dos saldos das transações mantidas entre o Consórcio e a Companhia, quando existentes.

Os balanços patrimoniais do Consórcio UHE Baixo Iguaçu, levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e as respectivas demonstrações dos resultados dos exercícios findos naquelas datas, são sumariados como segue:

**(i) Balanços Patrimoniais**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Circulante	12.602	15.476
Não circulante	2.180.846	2.227.312
<b>Ativo</b>	<b>2.193.448</b>	<b>2.242.788</b>
Circulante	14.950	19.497
Não circulante	72.984	81.291
Patrimônio líquido	2.105.514	2.142.000
<b>Passivo</b>	<b>2.193.448</b>	<b>2.242.788</b>

**(ii) Demonstrações de Resultado**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Despesas administrativas	(2.731)	(2.625)
Outras receitas e despesas operacionais	(65.624)	(65.450)
Recuperação de despesas	20.750	19.971
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>	<b>(47.605)</b>	<b>(48.104)</b>
Recuperação de despesas	(2.755)	1.566
Receitas financeiras	308	479
Despesas financeiras	2.447	(2.045)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(47.605)</b>	<b>(48.104)</b>

**a) Política contábil**

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*), dependendo dos direitos e obrigações das partes. Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. A Companhia classifica os consórcios como operações em conjunto e reconhece os ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas limitando-se à sua responsabilidade ('Participação') nestas operações.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**3 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	2024	2023
Fornecimento de energia	220.487	194.724
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	4.766	3.686
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>225.253</b>	<b>198.410</b>
(-) Pis e Cofins	(20.836)	(18.353)
(-) Encargos setoriais <sup>(1)</sup>	(11.005)	(9.613)
<b>Receita operacional, líquida</b>	<b>193.412</b>	<b>170.444</b>

(1) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE) e Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH).

**3.1 Política contábil e julgamento críticos****a) Política contábil**

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado ('ACR'), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores

A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD').

**b) Estimativas e julgamento crítico**

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factor* ("GSF") de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operadora Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA**

	2024	2023
<b>Compra para revenda</b>		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	(11.659)	(8.392)
Energia curto prazo – PLD e MRE <sup>(1)</sup>	(7.750)	(2.593)
Outros	(110)	(88)
<b>Subtotal</b>	<b>(19.519)</b>	<b>(11.073)</b>
Créditos PIS e COFINS	1.662	965
<b>Total</b>	<b>(17.857)</b>	<b>(10.108)</b>
<b>Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão</b>		
Encargos de rede básica	(24.496)	(24.654)
<b>Subtotal</b>	<b>(24.496)</b>	<b>(24.654)</b>
Créditos de PIS e COFINS	2.350	2.296
<b>Total</b>	<b>(22.146)</b>	<b>(22.358)</b>
<b>Total dos custos com energia elétrica</b>	<b>(40.003)</b>	<b>(32.466)</b>

(1) PLD – Preço de Liquidação de Diferenças e MRE – Mecanismo de Realocação de Energia.

**5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2024		
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal	(13)	(5.734)	(5.747)
Administradores	-	(499)	(499)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(10.278)	(2.121)	(12.399)
Depreciação e amortização	(39.053)	-	(39.053)
Outras receitas e despesas, líquidas <sup>(1)</sup>	(2.144)	(1.443)	(3.587)
<b>Total</b>	<b>(51.488)</b>	<b>(9.797)</b>	<b>(61.285)</b>
	2023		
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal	(17)	(6.712)	(6.729)
Administradores	-	(475)	(475)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(9.546)	(1.965)	(11.511)
Depreciação e amortização	(38.730)	-	(38.730)
Outras receitas e despesas, líquidas <sup>(1)</sup>	(2.214)	(373)	(2.587)
<b>Total</b>	<b>(50.507)</b>	<b>(9.525)</b>	<b>(60.032)</b>

(1) Refere-se a seguros, materiais, viagens a serviço, arrendamentos entre outros;

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**5.1 Serviços de terceiros**

	2024	2023
Serviços técnicos e manutenções	(8.927)	(8.844)
Serviços jurídicos	(25)	(21)
Consultoria e auditoria	(313)	(294)
Comunicação	(100)	(101)
Uso da marca	(1.385)	(1.236)
Vigilância	(558)	(559)
Outros serviços	(1.765)	(1.107)
<b>Subtotal</b>	<b>(13.073)</b>	<b>(12.162)</b>
Crédito PIS e COFINS	674	651
<b>Total</b>	<b>(12.399)</b>	<b>(11.511)</b>

**6. RESULTADO FINANCEIRO**

	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	11.118	15.683
(-) Tributos sobre receita financeira	(524)	(818)
Outras receitas financeiras	70	-
	<b>10.664</b>	<b>14.865</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(39.253)	(43.266)
Atualização de provisões para processos judiciais e provisões ambientais	1.602	(1.247)
Taxas	(2.246)	(2.721)
Tributos	(146)	(145)
Outras despesas financeiras	(814)	(299)
	<b>(40.857)</b>	<b>(47.678)</b>
<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>		
Outras variações monetárias, líquidas	35	1.697
	<b>35</b>	<b>1.697</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(30.158)</b>	<b>(31.116)</b>

**7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS****7.1 Tributos sobre o lucro**

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

**7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado**

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>61.966</b>	<b>46.830</b>
<b>Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%</b>	<b>(21.068)</b>	<b>(15.922)</b>
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:</b>		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	8.585	7.134
Outras adições (reversões)	842	(198)
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>(11.641)</b>	<b>(8.986)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>18,79%</b>	<b>19,19%</b>
Corrente	(11.472)	(9.149)
Diferido	(169)	163

**7.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos**

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2024	2023
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Provisão para processos judiciais	173	8
PLR	80	328
Risco Hidrológico (GSF)	(175)	(97)
Provisões de Fornecedores	154	162
<b>Total</b>	<b>232</b>	<b>401</b>

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>401</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	(169)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>232</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>238</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	163
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>401</b>

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção dos lucros tributáveis futuros, baseados nas projeções do planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2024, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos será em 2025 no total de R\$ 232.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**7.1.3 Tributos correntes ativos e passivos**

	2024	2023
IRPJ	6	660
CSLL	109	391
<b>Ativo</b>	<b>115</b>	<b>1.051</b>

	2024	2023
IRPJ	1.103	-
<b>Passivo</b>	<b>1.103</b>	<b>-</b>

**7.1.4 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui o montante de R\$ 4.882 e R\$ 0, respectivamente, referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. As principais naturezas são processos administrativos oriundos da não homologação de pedidos de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL.

**7.1.5 - Política contábil e julgamentos críticos****a) Política contábil**

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

**b) Estimativas e julgamentos críticos**

É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

**7.2 Outros tributos****7.2.1 Outros tributos e encargos setoriais a recolher**

	2024	2023
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	-	15
Programa de integração social - PIS	214	249
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	995	1.156
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.725	319
Outros	317	1.495
<b>Outros tributos a recolher</b>	<b>3.251</b>	<b>3.234</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.817	1.855
Outros	1.711	1.658
<b>Encargos setoriais</b>	<b>3.528</b>	<b>3.513</b>
<b>Total outros tributos e encargos setoriais a recolher</b>	<b>6.779</b>	<b>6.747</b>
Circulante	5.587	4.109
Não circulante	1.192	2.638

**8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	7.770	5.418
Fundos de Investimento	76.662	114.247
<b>Total</b>	<b>84.432</b>	<b>119.665</b>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,90% (100,49% em 31 de dezembro de 2023) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2024	2023
<b>Fundos exclusivos</b>		
Operações compromissadas	76.662	114.247
<b>Total</b>	<b>76.662</b>	<b>114.247</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A.. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações

**9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS**

	2024	2023
Fornecimento de energia	25.385	9.448
Comercialização de energia na CCEE	705	1.545
<b>Total</b>	<b>26.090</b>	<b>10.993</b>

A Companhia não possui saldos vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

**9.1 Política contábil e julgamentos críticos****a) Política contábil**

O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional.

**b) Estimativas e julgamentos críticos**

A Companhia não possui histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**10. IMOBILIZADO**

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstrados conforme a seguir:

	Centrais de hidroelétricas	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
<b>Taxa de depreciação a.a</b>	<b>2,00% - 16,70%</b>	<b>0,00% - 4,00%</b>	<b>6,25% - 14,29%</b>		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.033.877</b>	<b>598.207</b>	<b>388</b>	<b>100.898</b>	<b>1.733.370</b>
Adições	-	-	-	9.552	9.552
Baixas	(6.005)	(23)	(16)	(78)	(6.122)
Depreciação	(29.080)	(9.129)	(64)	-	(38.273)
Transferências entre classes	1.301	15.245	-	(16.546)	-
Transferências - outros ativos <sup>(1)</sup>	-	-	-	(7.924)	(7.924)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.000.093</b>	<b>604.300</b>	<b>308</b>	<b>85.902</b>	<b>1.690.603</b>
Custo	1.164.922	656.671	468	85.902	1.907.963
Depreciação acumulada	(164.829)	(52.371)	(160)	-	(217.360)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.060.100</b>	<b>600.901</b>	<b>288</b>	<b>112.794</b>	<b>1.774.083</b>
Adições	-	-	29	12.492	12.521
Baixas	(4)	(34)	(31)	(15)	(84)
Depreciação	(29.002)	(9.121)	(55)	-	(38.178)
Transferências entre classes	2.783	6.461	157	(9.401)	-
Transferências - outros ativos <sup>(1)</sup>	-	-	-	(14.972)	(14.972)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.033.877</b>	<b>598.207</b>	<b>388</b>	<b>100.898</b>	<b>1.733.370</b>
Custo	1.170.314	641.455	504	100.898	1.913.171
Depreciação acumulada	(136.437)	(43.248)	(116)	-	(179.801)

(1) Inclui o efeito líquido das baixas de contingências cíveis (principal e atualização) e seus respectivos depósitos judiciais (principal e atualização), atrelados a desapropriação de terras.

## 10.1 Política contábil e julgamentos críticos

### a) Política contábil

A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente.

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação.

Os demais ativos imobilizados da Companhia são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos

### b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas, quando não passíveis de indenização. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**11. INTANGÍVEL**

As variações do intangível, por natureza, estão demonstrados como segue:

	Concessão	Outros	Ativos em formação	Total
<b>Taxa de amortização a.a</b>	<b>3,21% - 3,45%</b>	<b>25,00%</b>		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>13.550</b>	<b>185</b>	-	<b>13.735</b>
Adições <sup>(1)</sup>	-	-	10.896	10.896
Amortização	(523)	(227)	-	(750)
Transferências – entre intangíveis	-	10.896	(10.896)	-
Transferências – outros	-	-	60	60
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>13.027</b>	<b>10.854</b>	<b>60</b>	<b>23.941</b>
Custo	16.159	11.081	60	27.300
Amortização acumulada	(3.132)	(227)	-	(3.359)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>14.068</b>	<b>185</b>	-	<b>14.253</b>
Amortização	(518)	-	-	(518)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>13.550</b>	<b>185</b>	-	<b>13.735</b>
Custo	16.161	185	-	16.346
Amortização acumulada	(2.611)	-	-	(2.611)

(1) Inclui o efeito do reconhecimento da Renovação da 1ª Licença de Operação da Companhia, atendendo as condicionantes ambientais previstas no fluxo de pagamentos estimado. Conforme item 121 do CPC 05, gastos com renovações de licenças para empreendimentos em operação, suportadas as condições do normativo, devem ser reconhecidas como um ativo Intangível.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para ressarcimento do risco não hidrológico, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

A compensação aos geradores hidrelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração e deve ser reconhecida contabilmente como intangível em contrapartida à recuperação de custos com energia elétrica.

**11.1 Política contábil**

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

**12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR**

	2024	2023
Energia elétrica	2.446	934
Encargos de uso da rede	2.139	2.059
Materiais e serviços	2.130	3.110
<b>Total</b>	<b>6.715</b>	<b>6.103</b>

**13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS****13.1 Dívida líquida**

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos bancários	427.477	467.235
<b>Empréstimos e financiamentos <sup>(1)</sup></b>	<b>427.477</b>	<b>467.235</b>
Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(84.432)	(119.665)
<b>Dívida líquida</b>	<b>343.045</b>	<b>347.570</b>

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**13.2 Empréstimos e financiamentos**

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, e denominadas em Reais ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

**a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros**

	2024	2023
<b>Denominados em R\$</b>	<b>449.698</b>	<b>488.579</b>
Indexados a taxas flutuantes	449.698	488.579
	<b>449.698</b>	<b>488.579</b>
Depósitos em garantia	(21.280)	(20.222)
Custos de transação	(941)	(1.122)
	<b>427.477</b>	<b>467.235</b>
Passivo circulante	43.910	43.767
Passivo não circulante	383.567	423.468

Em 31 de dezembro de 2024, o custo médio da dívida por moeda é o seguinte:

	2024	2023
Custo médio em % CDI <sup>(1)</sup>	80,77%	67,70%
Custo médio em taxa pré	8,77%	8,90%
<b>Dívida total</b>	<b>427.477</b>	<b>467.235</b>

(1) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

**b) Fluxo de pagamento futuros de dívida**

A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal <sup>(1)</sup>	Juros <sup>(1)</sup>	Total
2025	43.091	32.422	75.513
2026	43.892	29.824	73.716
2027	44.707	27.016	71.723
2028	45.540	24.106	69.646
2029	46.385	21.164	67.549
Entre 2030 e 2034	245.179	55.257	300.436
Entre 2035 e 2039	25.782	564	26.346
<b>Total</b>	<b>494.576</b>	<b>190.353</b>	<b>684.929</b>

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os, encargos incorridos já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 5,46 anos (5,85 anos em dezembro de 2023).

**c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações**

	2024	2023
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>467.235</b>	<b>503.296</b>
<b>Efeito no fluxo de caixa:</b>		
Amortizações de principal	(42.486)	(42.171)
Pagamento de encargos de dívida	(35.360)	(38.165)
Depósitos em garantia	(1.057)	1.009
<b>Efeito não caixa:</b>		
Encargos incorridos	39.145	43.266
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>427.477</b>	<b>467.235</b>

**d) Condições restritivas financeiras (Covenants)**

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Abaixo seguem os principais parâmetros e a medição estimada geral:

	Limites contratual inferior <sup>(1)</sup>	Medição <sup>(2)</sup> em 31.12.2024	Medição <sup>(2)</sup> em 31.12.2023
<b>Controlada:</b>			
ICSD	≥ 1,3	1,54	1,34

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas;

(2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nessa demonstração financeira.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

**e) Política contábil**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

**14. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)**

Em 20 de agosto de 2012, a Companhia celebrou o contrato de concessão de geração, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado nos Municípios de Capanema e Capitão Leônidas, Estado do Paraná.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Como retribuição pela outorga da concessão, a Companhia pagará à União, ao longo do prazo de vigência de 35 anos e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 1.150, a partir da entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora da UHE ao 35º ano de concessão.

O ativo intangível vem sendo amortizado de forma linear ao longo da vida útil econômica da concessão, enquanto o passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto mais a inflação do exercício.

A seguir apresentamos a mutação dos saldos:

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>19.704</b>
Atualização monetária	2.061
Pagamentos	(1.290)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>20.475</b>
Circulante	1.811
Não circulante	18.664
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>19.056</b>
Atualização monetária	2.464
Pagamentos	(1.816)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>19.704</b>
Circulante	1.811
Não circulante	17.893

**15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Provisões para processos judiciais (nota 15.1)	57.144	60.102
Provisão para obrigações ambientais (nota 15.2)	20.100	22.913
<b>Total</b>	<b>77.244</b>	<b>83.015</b>
Circulante	5.733	8.997
Não circulante	71.511	74.018

**15.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais****a) Provisão para processos judiciais**

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	<b>Provisões cíveis</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>60.102</b>
Adições e reversões, líquido	200
Atualização monetárias	(3.158)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>57.144</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>84.568</b>
Adições e reversões, líquido	(14.274)
Atualização monetárias	(10.192)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>60.102</b>

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos:

**Processos cíveis:**

Referem-se a ações cíveis que versam sobre demandas fundiárias relacionadas aos imóveis atingidos pelo empreendimento, com expectativa de perda provável, no montante de R\$ 57.144 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 60.102 em 31 de dezembro de 2023). As reversões de atualização monetária no ano de 2024 foram motivadas pela revisão dos consultores jurídicos acerca das estimativas contingenciadas.

**b) Passivos contingentes**

Os passivos contingentes, que correspondem a processos judiciais não provisionados, são apresentados a seguir:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Processos cíveis (i)	103.094	281.837
Processos trabalhistas	2.879	2.658
Processos fiscais	-	2.170
<b>Total</b>	<b>105.973</b>	<b>286.665</b>

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

**(i) Processos cíveis:**

Referem-se a ações de desapropriação de terras. Esses valores são contabilizados contra terrenos, no ativo imobilizado por se tratar de desapropriação. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 103.094 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 281.837 em 31 de dezembro de 2023) em processos cíveis com expectativa de perda possível. A redução ocorreu, em razão da revisão da estimativa atualizada dos processos jurídicos, destaca-se a ação por danos morais e materiais na construção da Usina de Baixo Iguaçu, no montante de R\$ 95.985 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 271.514 em 31 de dezembro de 2023).

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m. ,

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**c) Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2024	2023
Processos cíveis	25.299	23.853
<b>Total</b>	<b>25.299</b>	<b>23.853</b>

**15.2 Provisões ambientais**

Para a obtenção da licença de operação, IAP - Instituto Ambiental do Paraná, estipula condicionantes de investimentos que o consórcio deverá realizar ao longo da validade da licença. Dessa forma, a provisão refere-se aos custos dos programas ambientais e custos fundiários para devida manutenção da licença de operação do empreendimento. Adicionalmente, foram realizadas provisões referentes a questões relacionadas a finalização da construção da usina (Claim e aditivos de EPC). Os valores demonstrados refletem a melhor estimativa para provável desembolso.

O processo de licenciamento ambiental foi iniciado em nome da Geração Céu Azul, porém, com a entrada da COPEL no projeto em 2013, foi realizada a transferência para o Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu - CEBI. Desta forma, em 04/02/2019 a Licença de Operação nº 35980 foi emitida em nome do CEBI e continua válida até o pronunciamento do órgão ambiental.

As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

	Provisões Ambientais
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>22.913</b>
Ajuste ao valor presente (i)	7.229
Pagamentos/Indenizações	(5.129)
Atualização	(4.913)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>20.100</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>32.258</b>
Pagamentos/Indenizações	(10.719)
Atualização	1.374
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>22.913</b>

(i) Impacto reconhecimento da Renovação da 1ª Licença de Operação da Companhia, atendendo as condicionantes ambientais previstas no fluxo de pagamentos estimado..

**15.3 Política contábil e julgamentos críticos****a) Política contábil**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

**(i) Provisão para litígios e passivos contingentes**

O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/ intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

**(ii) Provisão ambiental**

As provisões ambientais são decorrentes do valor presente dos fluxos estimados para o cumprimento das obrigações relacionadas e seu reconhecimento inicial é em contrapartida ao Imobilizado na fase de construção do empreendimento, e as condicionantes ambientais subsequentes derivados da renovação das licenças são reconhecidos em contrapartida ao ativo intangível, como concessões. O efeito do valor do dinheiro no tempo é reconhecido no resultado do exercício, como resultado financeiro. O prazo previsto para realização desta provisão é o término das licenças ambientais.

**b) Estimativas e julgamentos críticos****(i) Provisão para litígios e passivos contingentes**

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

**(ii) Provisão ambiental**

É necessário julgamento para determinar as principais premissas críticas utilizadas na mensuração das obrigações ambientais, tais como: (i) os métodos e soluções de engenharia ambiental, (ii) níveis de segurança, (iii) avanços nos estudos de geologia e novas informações hidrológicas, e (iv) atualização na taxa de desconto. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor do passivo reconhecido. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas.

O valor da obrigação é descontado ao valor presente utilizando uma taxa real antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao cumprimento das condicionantes ambientais.

**16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****16.1 Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social é de R\$ 1.255.820, correspondente a 1.255.820 ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal.

	ON	ON %	Acionistas R\$
Neoenergia S.A.	1.255.820	100%	1.255.820
<b>Total de ações</b>	<b>1.255.820</b>	<b>100%</b>	<b>1.255.820</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**16.2 Remuneração aos acionistas**

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ('JCP'), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>50.325</b>	<b>37.844</b>
Reserva legal	(2.516)	(1.892)
<b>Lucro líquido a distribuir</b>	<b>47.809</b>	<b>35.952</b>
<b>Remuneração</b>		
Mínima obrigatória <sup>(1)</sup>	11.952	8.988
Remuneração adicional	35.857	26.964
	<b>47.809</b>	<b>35.952</b>
<b>Natureza da remuneração</b>		
Dividendos	22.559	14.969
JCP	25.250	20.983
<b>Total</b>	<b>47.809</b>	<b>35.952</b>
Remuneração total por ação	0,04	0,03

(1) Para fins de mínimo obrigatório é considerado o valor do JCP líquido do IRRF.

Os valores pagos aos acionistas da Geração Céu Azul S/A, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
<b>2024</b>			
AGOE de 30 de abril de 2024	Dividendos adicionais	38.485	0,0306453
RCA de 28 de junho de 2024	Juros sobre capital próprio 2024	15.250	0,0121435
RCA de 19 de dezembro de 2024	Juros sobre capital próprio 2024	10.000	0,0079629
<b>Total</b>		<b>63.735</b>	
<b>2023</b>			
RCA de 23 de junho de 2023	Juros sobre capital próprio 2023	12.969	0,0103271
RCA de 08 de dezembro de 2023	Juros sobre capital próprio 2023	8.014	0,0063815
<b>Total</b>		<b>20.983</b>	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2024	2023
<b>Saldos iniciais</b>	<b>17.836</b>	<b>19.509</b>
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio:</b>		
Dividendos declarados	38.485	-
Juros sobre o capital próprio declarados	25.250	20.983
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(3.788)	(3.147)
Dividendos pagos no exercício	(38.485)	-
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(17.835)	(19.509)
<b>Saldos finais</b>	<b>21.463</b>	<b>17.836</b>

### 16.3 Reservas de lucros

#### 16.3.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

#### 16.3.2 Reserva de retenção de lucros

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia.

### 16.4 Política Contábil

O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

## 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com as subsidiárias da Neoenergia reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de transmissão de energia; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos; (v) compartilhamento de mão de obra; (vi) compartilhamento de recursos humanos e (vii) Dividendos e JCP a pagar.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**17.1 Saldo em aberto com partes relacionadas**

	2024			2023		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
<b>Ativo</b>						
Contas a receber e outros (b)	3.569	-	3.569	4.889	-	4.889
	<b>3.569</b>	<b>-</b>	<b>3.569</b>	<b>4.889</b>	<b>-</b>	<b>4.889</b>
<b>Passivo</b>						
Fornecedores e contas a pagar (a) / (d) / (e)	2.711	1.385	4.096	1.417	1.237	2.654
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (f)	-	21.463	21.463	-	17.836	17.836
Outros Passivos (c)	506	-	506	420	-	420
	<b>3.217</b>	<b>22.848</b>	<b>26.065</b>	<b>1.837</b>	<b>19.073</b>	<b>20.910</b>

**17.2 Transações com partes relacionadas**

	2024			2023		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
<b>Resultado do exercício</b>						
Receita operacional líquida (b)	33.643	-	33.643	49.182	-	49.182
Custos dos serviços (a) / (c)	(20.603)	-	(20.603)	(16.704)	-	(16.704)
Despesas gerais e administrativas (c)	(4.705)	(1.385)	(6.090)	(5.747)	(1.237)	(6.984)
	<b>8.335</b>	<b>(1.385)</b>	<b>6.950</b>	<b>26.731</b>	<b>(1.237)</b>	<b>25.494</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**17.3 Principais transações com partes relacionadas**

As principais transações com partes relacionadas nos itens 17.1 e 17.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	NC Energia	Contrato de compra e venda de energia de curto prazo - ACL	IPCA	1 ano	2024	(1.943)	(7.802)
b)	Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Brasília	Contrato de venda de energia - ACR	IPCA	30 anos	Entre 2040 e 2053	3.569	29.786
c)	Subsidiárias da Neoenergia S.A.	Compartilhamento dos custos de pessoal	N/A	5 anos	2027	(506)	(4.705)
d)	Neoenergia Operação e Manutenção	Prestação de serviços de O&M	80% IPCA	5 anos	2028	(660)	(7.758)
e)	Iberdrola Energia S.A.	Direito de uso da marca	0,9% da ROL Ajustada	9 anos	2031	(1.385)	(1.385)
f)	Neoenergia S.A.	Dividendos e JSCP a pagar	N/A	N/A	2025	(21.463)	-

**17.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS****18.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros**

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024		2023	
	CA	VJR	CA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	7.770	76.662	5.418	114.247
Contas a receber de clientes e outros	26.090	-	10.993	-
	<b>33.860</b>	<b>76.662</b>	<b>16.411</b>	<b>114.247</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e contas a pagar	6.715	-	6.103	-
Empréstimos e financiamentos	427.477	-	467.235	-
Passivo de arrendamento	37	-	71	-
Uso do bem público	20.475	-	19.704	-
Outros passivos financeiros	719	-	597	-
	<b>455.423</b>	<b>-</b>	<b>493.710</b>	<b>-</b>

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

**18.2 Estimativa do valor justo**

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

**Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

**Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.7 (análise de sensibilidade).

**18.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”)**

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, está demonstrado como segue:

	2024		2023	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	76.662	76.662	114.247	114.247
	<b>76.662</b>	<b>76.662</b>	<b>114.247</b>	<b>114.247</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**18.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)**

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	427.477	427.477	467.235	467.235

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

**18.5 Política contábil**

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

**(i) Ativos financeiros**

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

**(ii) Passivo financeiro**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

## 18.6 Métodos e técnicas de avaliação

### (i) Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado.

## 18.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
<b>Ativos Financeiros</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	97.942	11.302	(1.695)	(3.391)
<b>Passivos Financeiros</b>							
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,97%	(449.698)	(43.846)	(5.376)	(10.752)

## 19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 05 de fevereiro de 2025, foi celebrado o *Share Purchase Agreement and Other Covenants* (Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças) (SPA) com a EDF Brasil Holding S.A. (EDF) e STOA S.A. (STOA), referente a operação de venda de totalidade das ações do capital social da Geração Céu Azul S.A., que, por sua vez, detém uma participação de 70% no Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI), pelo valor *equity value* de R\$ 1.000 (sendo R\$ 16 de *Earn-Out*, que será atualizado por IPCA), sujeito a ajustes de preços usuais, que inclui a atualização do *equity value* por CDI desde junho de 2024 até a data do *closing*.

A operação está sujeita a condições precedentes usuais previstas no SPA, que incluem a aprovação prévia pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), bem como por determinados terceiros. A operação também está sujeita ao eventual exercício do direito de preferência por parte da Copel Geração e Transmissão S.A., que detém a participação remanescente no CEBI.

---

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

José Paulo Werberich  
**Presidente**

**Titulares**

Juliano Pansanato de Souza  
Mariana Felix Vasconcellos de Andrade  
Leonardo Pimenta Gadelha

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Marcelo José Cavalcanti Lopes  
**Diretor Presidente**

Renato de Almeida Rocha  
**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

Rodolfo Fernandes da Rocha  
**Diretor de Planejamento e Controle**

Fabiano da Rosa Carvalho  
**Diretor de Regulação**

**CONTADORA**

Rachel Alves Pascale  
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

Luciana Maximino Maia  
**Diretora de Contabilidade**

## **MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da Geração Céu Azul S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2024, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., tomou conhecimento dos referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

**JOSÉ PAULO WERBERICH**

**JULIANO PANSANATO DE SOUZA**

**MARIANA FELIX VASCONCELLOS DE ANDRADE**

**LEONARDO PIMENTA GADELHA**

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Geração Céu Azul S.A.**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 4º andar Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.136.819/0001-55, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da Céu Azul, alusivas ao exercício findo em 31.12.2024; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Céu Azul, relativas ao período findo em 31.12.2024.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

Marcelo José Cavalcanti Lopes  
**Diretor Presidente**

Renato de Almeida Rocha  
**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

Rodolfo Fernandes da Rocha  
**Diretor de Planejamento e Controle**

Fabiano Carvalho Rosa  
**Diretor de Regulação**